

## CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO EM SAÚDE BUCAL PARA CRIANÇAS COM BAIXA VISÃO E CEGUEIRA

Adryane de Paula Barbosa Reis <sup>1</sup>

Carla Rayssa Nogueira Fonseca <sup>2</sup>

Fernanda Carolina dos Reis Rocha<sup>3</sup>

Wendy Luisa Soares Mesquita<sup>4</sup>

Valerie Sarpedonti<sup>5</sup>

### INTRODUÇÃO

A saúde é um direito de todos, tendo como diretriz um atendimento integral, com prioridade para atividades preventivas, visando a redução de risco de doenças e outros agravos (BRASIL, 1988). Dentro desse contexto, entende-se a saúde bucal também como uma preocupação que precisa ser vista por um viés preventivo, por ser parte integrante da saúde geral, a saúde bucal consiste em recuperar, manter e promover a higidez de tecidos e estruturas anatômicas funcionais da cavidade bucal ou a ela associados (NARVAI, 2008).

A educação em saúde é o caminho por onde o conhecimento científico encontra a população nos seus hábitos cotidianos, como higienização dos alimentos e das mãos antes da refeição. Considerando a prevenção de doenças bucais inerente à higiene oral, o acesso à informação tem papel essencial na saúde bucal e em qualquer processo educativo, influenciando diretamente na construção de costumes, cuidados, independência e qualidade de vida, direcionando e adaptando esses conhecimentos à realidade da pessoa com deficiência (PcD) (ALVES, 2005; CERICATO, 2007).

Como em qualquer processo educativo, os deficientes visuais são prejudicados já que requerem um tempo maior para assimilar determinados conceitos e desenvolver uma consciência corporal, também possuem dificuldades de interação, exploração e domínio do meio físico. Para eles a educação em saúde se dá ao fornecer conhecimento sobre a percepção

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Odontologia da Universidade Federal do Pará - UFPA, dryadepaula@gmail.com;

<sup>2</sup> Graduanda pelo Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará - UFPA, carlanogueira339@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade da Amazônia - UNAMA, rocha.fernanda189@gmail.com;

<sup>4</sup> Graduanda pelo Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará - UFPA, mesquitawendy1@gmail.com;

<sup>5</sup> Doutora, Faculdade de Ciências Biológicas, Grupo de Educação Inclusiva e Ambiental, Universidade Federal do Pará - valerie@ufpa.br

e manutenção da higiene oral com métodos de escovação adequados, conscientizando sobre a importância da higiene bucal, incentivando o cuidado diário e assim, promovendo autonomia (MEC, 2000; CERICATO, 2007).

O setor educacional representa um ambiente favorável para o desenvolvimento da educação em saúde; ele é um sistema socialmente abrangente, que envolve crianças de diversas faixas etárias, e permite ações de longa duração com a participação de professores como multiplicadores do conhecimento. Na escola, é possível oferecer, reforçar, repetir conhecimentos e hábitos que promovam a saúde bucal, possibilitando assim a construção de uma relação dialogal, contando com agentes preparados para adaptar linguagem, abordagem e temas trabalhados à faixa-etária e às necessidades específicas dos alunos (VASCONCELOS, 2001; JÚNIOR, 2004; SANTOS, 2012).

O professor tem um papel mediador dentro do processo educacional. O vínculo que deve ser estabelecido entre a criança com deficiência visual e o educador é primordial para garantir comunicação e aprendizagem através de experiências sensoriais. Para que esses conhecimentos se incorporem à realidade dessa população, é necessária uma articulação Inter setorial que envolva profissionais da área de educação e da saúde, de forma a ir além da análise diagnóstica da saúde bucal do paciente, romper com a fragmentação de saberes odontológicos e, por conseguinte, proporcionar uma ação mais efetiva de cada um desses profissionais (BOAS, 2012; SILVA, 2016).

O papel do cirurgião dentista não se limita a uma atenção curativa; ele deve também explicar para o paciente do que ele sofre e quais são as opções de tratamento. Dessa forma, é importante preparar o profissional desde a academia para que ele possa atender plenamente o paciente com deficiência e para contribuir com o processo de educação em saúde do mesmo. Esse preparo se dá a partir do conhecimento teórico da deficiência e de estágios de forma que o estudante possa se familiarizar com os limites e dificuldades do público em foco (CERICATO, 2007; SILVA, 2016).

A família, por estar presente no cotidiano da criança com deficiência influencia diretamente o desenvolvimento da mesma; cabe aos familiares reafirmar e repetir o que foi aprendido na escola e participar de forma ativa no processo de estímulo da criança para o aprendizado ao compreendê-la como alguém com capacidade para ser independente. Orientar as famílias sobre as boas práticas de higiene, incluindo temas como alimentação e escovação, incentivar o cuidado diário e visitas regulares ao consultório odontológico, pode ser essencial para melhorar a saúde bucal da criança com deficiência (MEC, 2000; OLIVEIRA, 2011).

Portanto, o processo educacional em saúde para a PcD baseia-se em três pilares: a família, o professor e o profissional da saúde a quem incumbe além de tratar, orientar e explicar os processos de saúde e autocuidado. Esse projeto teve como objetivo avaliar a percepção do acadêmico do curso de odontologia da Universidade Federal do Pará, Belém, sobre a abordagem e o preparo que a faculdade fornece durante a graduação, avaliando se os discentes se consideram efetivamente preparados pela universidade para o atendimento ao paciente com deficiência. Em seguida, foi realizado um levantamento quantitativo de referências bibliográficas disponíveis em três plataformas de busca, usando os descritores 'saúde bucal e deficiência visual', 'saúde bucal e educação' e 'educação e deficiência visual'. Dessa forma foi evidenciado a pouca atenção dada à saúde bucal para deficientes visuais e verificado se a falta de informações se deve ao assunto 'saúde bucal' ser pouco documentado ou se a carência de informações pode ser relacionada à dificuldade de elaborar material educativo para deficientes visuais.

## METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O questionário foi composto por cinco questões fechadas (alternativas ‘sim’ ou ‘não’) acerca do preparo do estudante do curso de odontologia da UFPA para atender pacientes com deficiência. Ele foi aplicado online pela plataforma Google no primeiro semestre de 2019 para alunos do sexto ao décimo semestre da faculdade, já que de acordo com o projeto pedagógico do curso de 2001 (<http://www.odontologia.ufpa.br/>), ‘o discente do sétimo ao décimo [e último semestre] deverá aplicar os conhecimentos adquiridos anteriormente no atendimento ao paciente adulto e portadores de necessidades especiais’. Um total de 44 alunos responderam ao questionário. As perguntas foram: 1) você se sente preparado para atender um paciente com deficiência? 2) os professores do curso de odontologia da UFPA são preparados para lidar com pacientes com deficiência? 3) no curso de odontologia da UFPA há alguma disciplina que prepare o profissional para atender pessoas com deficiência? 4) no curso de odontologia da UFPA existem projetos voltados para PcD? 5) O curso de odontologia da UFPA se preocupa com a formação de profissionais aptos a entender pacientes com deficiência?

A quantificação de material bibliográfico disponível foi realizada nas plataformas Google acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), Scielo ([www.scielo.br](http://www.scielo.br)) e Capes ([www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br)). Foi considerado apenas o material publicado em língua portuguesa entre 2005 e 2019. Esse período foi dividido em três momentos de cinco anos cada no intuito de verificar se a promulgação da Lei de Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) em janeiro de 2015 (BRASIL, 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, ocasionou um aumento de publicações sobre a educação para o deficiente visual. O descritor ‘educação e deficiência visual’ indicou se existe muito material voltada para a educação (em geral) do deficiente visual, enquanto que o indicador ‘saúde bucal e educação’ destacou a atenção dada à saúde bucal de todos. Dessa forma, foi discutido se o baixo número de publicações revelado pelo indicador ‘saúde bucal e deficiência visual’ é consequente do público em foco ou do assunto abordado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação do questionário indicou que 89% dos alunos do curso de odontologia da UFPA não se sentem preparados para o atendimento à PcD. A universidade se estrutura em um tripé: ensino, pesquisa e extensão; o preparo do discente de odontologia também precisa passar por essas bases, entrando em contato com o atendimento à PcD durante as aulas teóricas e práticas, ou dentro de outras formas de aprendizado disponíveis na faculdade, na construção de uma formação inclusiva. No entanto, esses resultados apontam que, na faculdade, isso não ocorre ou ocorre de forma insatisfatória. Essa situação foi associada por 64% dos estudantes entrevistados, à falta de preparo dos próprios professores para lidar com pacientes com deficiência (questão número dois do questionário), ou ao método de ensino empregado. De acordo com eles, os professores não apresentam durante as aulas práticas ou teóricas, comentários, situações problema, experiências pessoais e não levantam

questionamentos sobre o atendimento do paciente com deficiência. Quando questionados sobre a oferta de disciplinas que abordam o tema da deficiência, 34% dos alunos responderam que não tinha. Essa porcentagem aponta a uma discordância dos estudantes que pode ser atribuída ao fato de que alguns se encontravam apenas no sétimo semestre, enquanto que outros já eram no final do curso (décimo semestre) e tinham cursado todas as disciplinas. No entanto, quando verificado a grade curricular disponibilizada no site da Faculdade de Odontologia da UFPA (<http://www.odontologia.ufpa.br/>), não foi encontrada uma disciplina que fosse claramente direcionada ao atendimento ao paciente com deficiência, embora seja mencionado no plano pedagógico do curso que o estudante do sétimo semestre já deve atender adultos e portadores de necessidades especiais de forma integrada. A falta de oportunidades para aperfeiçoar o conhecimento acerca da deficiência refletiu também no tipo de projetos de extensão em desenvolvimento na faculdade. Quarenta por cento dos entrevistados afirmaram não existir projetos voltados para o atendimento à PcD enquanto 60% afirmaram o contrário. Quando consultado a página internet da faculdade de odontologia da UFPA, observou-se que dos 14 projetos de extensão vigentes, apenas um (1), intitulado ‘Serviço de diagnóstico oral e atendimento odontológico a pacientes especiais’ (SIDOPE) era direcionado para o atendimento do paciente com deficiência. O fato de ter apenas um único projeto pode explicar por que tantos alunos do curso (40%) não tinham conhecimento dessa oportunidade de aprendizagem. Apesar da defasagem apresentada no preparo acadêmico sobre o assunto, 52% dos entrevistados disseram que a faculdade se preocupa com a formação do estudante no que diz respeito ao atendimento à PcD. Esse resultado em si é muito encorajador e deixa a esperar que, em breve, todos os cursos serão adequados para formar profissionais capazes de atender o público com deficiência.

A pouca sensibilização e falta de formação dos estudantes para atender PcD não é exclusiva ao curso de odontologia da UFPA. Independente da faculdade, muitos são os alunos que vêm reclamando sobre a formação que eles recebem para lidar com a PcD no âmbito profissional (SILVIA, 2018). Os estudantes dos cursos de licenciatura foram provavelmente os primeiros atendidos já que, como futuros professores do ensino fundamental e ensino médio, eles terão que ensinar para alunos com deficiência em sala de aula. No entanto, muitos são os professores de ensino já em atuação que, desde a promulgação da lei da Brasileira de Inclusão que tornou obrigatória a matrícula do aluno com deficiência em sala de aula regular, tiveram que atender esse alunado sem possuir formação adequada. Um estudo recente indicou que grande parte dos professores nessa situação buscaram informações na literatura por conta própria (SOUZA, 2019). No intuito de verificar se o profissional da saúde pode também passar por esse processo de ‘autoformação’, referências acerca do tema da educação em saúde bucal para deficientes visuais foram procuradas na internet.

A busca através do descritor ‘saúde bucal e deficiência visual’ na plataforma Google Acadêmico, indicou um total de 1.900 resultados no período de 2005/2009, sendo que essa porcentagem aumentou de 92% no período 2010/2014, e de 40% no período de 2015/2019 em relação ao período anterior. Na plataforma Scielo, não foram encontrados resultados para os dois primeiros períodos e somente dois resultados para o período de 2015/2019. Na plataforma da CAPES, foram encontrados 8, 13 e 15 resultados por período.

Para o descritor “saúde bucal e educação”, na plataforma Google Acadêmico no período de 2005/2009 foram encontrados 7.660 resultados; esse número dobrou no período de 2010/2014 enquanto aumentou apenas de 2% no último período. Na plataforma Scielo, foram encontrados cerca de 48 artigos no período de 2005/2009, com um aumento de 45% e 11% nos períodos de 2010/2014 e 2015/2019, respectivamente. De acordo com o site da CAPES, no primeiro período foram publicados 94 artigos; esse número aumentou por 125% de 2010 a 2014 e novamente por 6% nos últimos cinco anos.

O descritor “educação e deficiência visual” teve maior número de resultados; foram 16.700 resultados na plataforma Google Acadêmico em 2005/2009, sendo que esse número se manteve estável nos períodos seguintes, com um aumento apenas de 1,8% em 2010/2014 e 0,6% de 2015 a 2019. Na plataforma Scielo, foram documentados 27, 40 e 46 resultados para os três períodos. Finalmente, constam no site da CAPES 88 publicações de 2005 a 2009, com um aumento de 293% no segundo período e 14% do segundo ao terceiro período.

O Google Acadêmico, por ser mais abrangente e incluir além de artigos, livros e outras formas de publicação, sempre apresentou uma quantidade bem maior de resultados; a plataforma da Capes, por efetuar busca em várias coleções, como o Directory of Open Access e o próprio site do Scielo, apresentou o segundo maior referencial. O número reduzido de resultados encontrados na Capes e no Scielo para os três descritores apontam uma escassa produção científica sobre o assunto.

O número de publicações científicas sobre determinado assunto, depende essencialmente das necessidades sociais e incentivos políticos. Os resultados encontrados demonstram uma grande quantidade de resultados disponíveis acerca da educação para deficiente visual. Em comparação, foram encontrados duas vezes menos resultados para os descritores ‘saúde e autismo’ no site da CAPES entre 2015 e 2019. Esse resultado pode ser associado à maior convivência dos deficientes visuais no sistema educacional brasileira. Assim, os cegos foram as primeiras pessoas com deficiência a beneficiar de um atendimento escolar direcionado, com a criação do Imperial Instituto dos meninos cegos em 1854, logo seguido pelo Instituto dos surdos-mudos em 1857 (PINHEIRO, 2018). Portanto, materiais acerca da educação do deficiente visual se encontram mais facilmente na literatura.

O tema ‘saúde bucal + educação’ gerou duas vezes menos resultados que o tema ‘deficiência visual + educação’ na plataforma Google para o período 2005-2009, indicando que antes de 2010, se falava bem menos da saúde bucal do que da deficiência visual; no entanto, a partir de 2010, essa discrepância foi bem menor sugerindo uma popularização dos assuntos acerca da saúde bucal. A relativa escassez de informações em relação à saúde bucal também denotou quando comparado com o número de resultados gerados pelos descritores ‘higiene pessoal + educação’ na plataforma Google de 2005 a 2009; 16.300 resultados apareceram para essa busca contra 7.660 para ‘saúde bucal + educação’. Por outro lado, nas plataformas da Capes e do Scielo, os resultados acerca da saúde bucal superaram o número de artigos científicos sobre a deficiência visual nos dois primeiros períodos, sugerindo que o tema da saúde bucal é menos popular, porém gera mais pesquisas e publicações em revistas científicas.

Baseado nos resultados apresentados acima, é sugerido que a falta de informações acerca da saúde bucal para deficientes visuais se deve principalmente à relativa pobre divulgação de trabalhos sobre a saúde bucal e não à dificuldade de elaborar materiais para o deficiente visual. Destaque-se que o odontólogo tem pouco material disponível na internet para aprender a falar de saúde bucal para uma pessoa com deficiência visual, ressaltando novamente a importância de incluir disciplinas sobre o tema já durante a formação acadêmica do aluno, assim como de incentivar projetos de extensão que envolver pacientes com deficiência.

A busca por períodos aponta a uma produção relativamente estável desde 2010, com um aumento de apenas 10% em média entre 2010/2014 e 2015/2019, sugerindo que o número de publicações não é o resultado das políticas públicas inclusivas implementadas esses últimos 10 anos. Por outro lado, ainda de acordo com o site da CAPES, o número de publicações científicas acerca da ‘saúde bucal + educação’ e da ‘deficiência visual +

educação' dobrou e triplicou, respectivamente, entre 2005/2009 e 2010/2015. Esses resultados sugerem um maior número de pesquisas e, portanto, de investimentos e profissionais nessa época.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da pessoa com deficiência é um processo que requer tempo, conhecimento e envolvimento da parte de todos. Além de realizar campanhas de sensibilização para adultos e crianças, e imprescindível fornecer um embasamento teórico sobre as limitações impostas pelas deficiências durante o processo de formação acadêmico, para todos os profissionais susceptíveis de atender PcD. Essa aprendizagem pode ser realizada através de cursos de especialização, estágios, palestras ou no quadro universitário, pela inclusão de disciplinas obrigatórias acerca do tema.

**Palavras-chave:** educação em saúde bucal, educação inclusiva, deficiência visual.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal. 1988.
- 2 NARVAI, P. C.; FRAZÃO, P. Saúde bucal coletiva. **Luiz RR, Costa AJL, Nadanovsky P. Epidemiologia e bioestatística em Odontologia. São Paulo: Atheneu**, p. p21-48, 2008.
3. PAULETO, Adriana Regina Colombo; PEREIRA, Maria Lucia Toralles; CYRINO, Eliana Goldfarb. Saúde bucal: uma revisão crítica sobre programações educativas para escolares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, p. 121-130, 2004.
- 4 ALVES, Vânia Sampaio. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. **Interface Comunicação, saúde, educação**, v. 9, p. 39-52, 2005.
- 5 Deficiência visual / Marta Gil (org.). – Brasília : MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. 80 p. : il. - (Cadernos da TV Escola. 1. ISSN 1518-4692)
- 6 CERICATO, Graziela Oro et al. Educação em saúde bucal em portadores de necessidades especiais: um estudo de caso em deficientes visuais. 2007.
- 7 Deficiência visual / Marta Gil (org.). – Brasília : MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. 80 p. : il. - (Cadernos da TV Escola. 1. ISSN 1518-4692)
- 8 SILVA, Carla Cilene Baptista da; MOLERO, Elaine Soares da Silva; ROMAN, Marcelo Domingues. A Interface entre Saúde e Educação: percepções de educadores sobre educação inclusiva. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 1, p. 109-115, 2016.
- 9 JÚNIOR, Aylton José Figueira. A PROMOÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO ESCOLAR HEALTH PROMOTION IN SCHOOLS-Projeto Promoção da Saúde-Secretaria de Políticas de Saúde/MS-Governo Federal. **Revista de Atenção à Saúde (antiga Rev. Bras. Ciên. Saúde)**, v. 2, n. 3, 2004.
- 10 SANTOS, Karina Tonini; GARBIN, Artenio José Ispere; GARBIN, Cléa Adas Saliba. Saúde bucal nas escolas: relato de experiência. **Revista Ciência em Extensão**, v. 8, n. 1, p. 161-169, 2012.
- 11 BOAS, DC Villas; FERREIRA, Léslie Piccolotto; VIOLA, I. C. Professor especializado na área da deficiência visual: os sentidos da voz. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 17, n. 1, p. 92, 2012. BOAS, DC Villas; FERREIRA, Léslie Piccolotto; VIOLA, I. C. Professor especializado na área da deficiência visual: os sentidos da voz. **Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia**, v. 17, n. 1, p. 92, 2012.
12. OLIVEIRA, Ana Luísa Botta Martins de; GIRO, Elisa Maria Aparecida. Importância da abordagem precoce no tratamento odontológico de pacientes portadores de necessidades especiais. **Odonto**, p. 45-51, 2011.
13. VASCONCELOS, Raquel et al. Escola: um espaço importante de informação em saúde bucal para a população infantil. **Brazilian Dental Science**, v. 4, n. 3, 2001.
14. 2018. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
15. 2018. 38f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.